

Assunto: **Alteração da Port. Inmetro 457/2021.**

INTRODUÇÃO

1. O presente processo diz respeito à implementação da demanda da Presidência sobre o Plano de Simplificação e Desburocratização do Inmetro, que visa atender aos esforços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) para redução do Custo Brasil, consistindo na revisão de atos normativos (regulamentos) da Dimel, baseada em ações de menor complexidade e entregas rápidas.

2. Assim sendo, apresenta-se a conclusão do trabalho de revisão da Portaria Inmetro nº 457, de 17 de novembro de 2021, que aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado relativo às condições que devem ser atendidas pelas sociedades empresárias e não empresárias (sociedades simples) que requeiram a autorização para fins de reparo e manutenção de instrumentos de medição regulamentados.

RESULTADO DA SIMPLIFICAÇÃO REGULATÓRIA

3. A revisão da Portaria Inmetro nº 457, de 2021, consiste na aplicação de Simplificação Regulatória, instrumento de gestão do Estoque Regulatório. Desta forma, a partir de demandas apresentadas pelas partes interessadas, foi realizada análise no ato normativo que buscou eliminar requisitos, redundâncias e inconsistências a fim de facilitar a conformidade e reduzir encargos associados aos agentes regulados. O Quadro 1 apresenta os requisitos revisados e respectivas justificativas, incluindo os documentos em que constam os registros da análise das demandas.

4. O objetivo do conteúdo ora apresentado é possibilitar a simplificação de requisitos regulamentares aplicáveis ao credenciamento de oficinas permissionárias na área de óleo e gás. A demanda foi motivada pela Diart, de acordo com mensagem eletrônica anexada ao processo (1605146).

5. A contextualização do problema atual consta no processo 0052600.006917/2023-57, onde é evidenciado o apelo para que outros agentes, fora do sistema Inmetro, sejam autorizados a romper e afixar marcas de selagem.

6. Cumpre esclarecer que os sistemas de medição em discussão se destinam à definição das quantidades de petróleo, na exploração e produção, atividade regulada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), com o apoio da Dimel. O tema é fundamentado e regulamentado por norma e legislação específica INMETRO/ANP.

7. Tendo em vista a especificidade da atividade, é sugerido que os procedimentos sejam detalhados em norma específica, segue proposta de requisitos regulamentares. Para facilitar o entendimento, será indicado o tema, transcrito o texto em vigor, seguido de sugestão ou comentário:

REVISÃO

Quadro 1 - Simplificação Regulatória - Portaria Inmetro nº 457, de 17 de novembro de 2021

Item	Texto atual	Texto pro
Art. 1º	Fica aprovado o Regulamento Técnico Metrológico consolidado que estabelece as condições que devem ser atendidas pelas sociedades empresárias e não empresárias (sociedades simples) que requeiram a autorização para fins de reparo e manutenção de instrumentos de medição regulamentados, sob supervisão metrológica do Inmetro e dos órgãos da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - Inmetro (RBMLQ-I), fixado no Anexo. § 1º O disposto neste regulamento se aplica às sociedades empresárias e não empresárias (sociedades simples) autorizadas pelo Inmetro por meio da RBMLQ-I que objetivam realizar serviços de reparo e manutenção em instrumentos de medição regulamentados."	"Art. 1º Fica aprovado o Regulamento Técnico Metrológico consolidado das sociedades empresárias e não empresárias (sociedades simples) que objetivam realizar serviços de medição regulamentados, sob supervisão metrológica e Qualidade - Inmetro (RBMLQ-I). § 1º O disposto neste regulamento se aplica às sociedades empresárias e não empresárias (sociedades simples) autorizadas pelo Inmetro por meio da RBMLQ-I que objetivam realizar serviços de reparo e manutenção em instrumentos de medição regulamentados."
1. Termos e Definições 1.5 1.14	Manutenção: Serviço preventivo ou preditivo, executado a fim de manter e garantir as condições normais de utilização."	1.5 Manutenção: Serviço preventivo, preditivo ou corretivo, executado como ação de manutenção, também devem ser entendidas as atividades de reposição de marcas de verificação/lacres, com vista offshore: como dito, são aqueles feitos a partir da costa marítima/navio/embarcação
2. REQUISITOS GERAIS PARA CONCESSÃO E MANUTENÇÃO DA AUTORIZAÇÃO	Os seguintes requisitos devem ser atendidos pelas proponentes/permissionárias para o recebimento pelo Inmetro, por intermédio de órgão integrante da RBMLQ-I, da autorização para execução dos serviços de reparo e manutenção de instrumentos de medição regulamentados."	Os seguintes requisitos devem ser atendidos pelas proponentes/permissionárias para a execução dos serviços de reparo e manutenção de instrumentos de medição regulamentados."
2.2 Padrões e Instalações Fixas 2.2.4	A proponente/permissionária deve possuir instalações físicas fixas, específicas à atividade de reparo e manutenção dos instrumentos de medição regulamentados."	Inclusão dos 2.2.4.1 O proposto no item acima não se aplica para atividades de reparo e manutenção em instalações móveis ou em instrumentos de medição regulamentados."
2.3 Marcas e prestação de contas		

2.3.3	A prestação de contas dos serviços executados deve ser realizada conforme regulamento ou norma Inmetro para o instrumento de medição regulamentado que foi submetido à manutenção e/ou reparo.	2.3.3 A prestação de contas dos serviços executados deve ser realizada: medição regulamentado que foi submetido à manutenção e/ou repa offshore deverá ser observado as normas e legislação específica pa
2.3.8	As informações referidas no item 2.3.7 devem ser prestadas por meio de formulário padronizado em norma Inmetro e preenchido de acordo com as instruções nela contidas.	2.3.8 As informações referidas no item 2.3.7 devem ser prestadas por de acordo com as instruções nela contidas, para as operadoras de pe envio por €
3. Concessão da autorização		
3.1	A proponente interessada na autorização para fins de execução dos serviços de reparo e manutenção de instrumentos de medição regulamentados, por meio de seu representante legal, deve formalizar, junto ao órgão da RBMLQ-I de sua circunscrição, a solicitação da autorização encaminhando a seguinte documentação:	<i>3.1 A proponente interessada na autorização para fins de execução d regulamentados, por meio de seu representante legal, deve formalizar, solicitação da autorização encaminh</i>
3.4	A evidência do atendimento aos requisitos deste regulamento será através da análise da documentação encaminhada e da auditoria, realizadas por órgão da RBMLQ-I.	3.4 A evidência do atendimento aos requisitos deste regulamento será realizadas por órgão da RBMLQ-I. Para autorização de permissionári: serão adotados procedimentos simplifica
4. Formalização da autorização		
4.1	Considera-se formalizada a autorização quando forem atendidos todos os requisitos deste regulamento, quando for firmado o Termo de Responsabilidade constante em norma Inmetro e quando for recebido pela permissionária o Atestado de Autorização do órgão da RBMLQ-I - sem o qual não é possível exercer a atividade a que a permissionária se propõe.	<i>4.1 Considera-se formalizada a autorização quando forem atendidos ti de Responsabilidade constante em norma Inmetro e quando for recebi é possível exercer a atividade a qu</i>
5. Obrigações decorrentes da autorização		
5.10	Para efeito de reparo ou manutenção de instrumento de medição regulamentado, a permissionária pode violar as marcas de selagem nele apostas, desde que as substituam por outras.	<i>5.10 Para efeito de reparo ou manutenção de instrumento de medi selagem nele apostas, desde que as substituam por outras ou reparo/manutenção de sistemas de medição de vazão no</i>
6.	Renovação da autorização	6. Renovação e Manute
6.1	A autorização pode ser renovada, sempre que houver interesse, por prazo idêntico ao definido no item 4.3, desde que a permissionária se manifeste junto ao órgão da RBMLQ-I com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data do término da autorização vigente e comprove o atendimento aos requisitos deste regulamento.	<i>6.1 A autorização pode ser renovada, sempre que houver interesse, por se manifeste junto ao órgão outorgante com antecedência mínima comprove o atendimento aos requisitos deste regular</i>
6.2	Para fins de renovação da autorização o órgão da RBMLQ-I realizará inspeção nas instalações da permissionária, a fim de evidenciar o pleno atendimento aos requisitos deste regulamento.	6.2.1 Para permissionárias que atendam à norma e legislação específi por autodeclaração de atendimento
6.4	Ao órgão da RBMLQ-I fica ressalvado o direito de rejeitar a autorização da permissionária em qualquer tempo e ocasião, caso não atenda aos requisitos da regulamentação metrológica e das normas Inmetro vigentes.	6.4 Revogar €

6.6	A proponente/permissionária pode ser submetida à visita de inspeção extraordinária a qualquer momento, a ser realizada pelo órgão da RBMLQ-I.	6.6 A proponente/permissionária pode ser submetida
7. Modificação da autorização		
7.1	Durante o período de vigência da autorização concedida pelo Inmetro por meio da RBMLQ-I a permissionária poderá solicitar ampliação, redução ou atualização de escopo.	7.1 Durante o período de vigência da autorização concedida pelo INI redução ou atualiza
7.2	As modificações mencionadas no subitem 7.1 implicam na entrega de um novo Atestado de Autorização pelo órgão da RBMLQ-I à permissionária.	7.2 As modificações mencionadas no subitem 7.1 implicam na entreg RBMLQ-I à perr
7.3	A ampliação de escopo está vinculada a uma nova visita de auditoria a ser realizada pelo órgão da RBMLQ-I para atestar o pleno atendimento aos requisitos dispostos no item 2 deste regulamento.	7.3 A ampliação de escopo está vinculada a uma nova visita de auditor o pleno atendimento aos requisitos disp
8. SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DA AUTORIZAÇÃO		
8.1	Cabe à permissionária, a qualquer tempo, o direito de renunciar à autorização concedida, bastando comunicar de forma expressa ao órgão da RBMLQ-I onde estiver cadastrada, ficando, entretanto, sujeita ao cumprimento de todas as obrigações e responsabilidades até então existentes ou que decorram do exercício da autorização.	8.1 Cabe à permissionária, a qualquer tempo, o direito de renunciar à INMETRO ou órgão da RBMLQ-I onde estiver cadastrada, ficando, responsabilidades até então existentes ou q
8.2	Em caso de cancelamento voluntário ou mesmo motivado pelo não atendimento a qualquer requisito deste regulamento ou norma Inmetro, o Inmetro não será obrigado a ressarcir importância de natureza financeira, ou de qualquer natureza, relativa às marcas de selagem e de reparo já fornecidas.	8.2 Em caso de cancelamento voluntário ou mesmo motivado pelo nã INMETRO, o INMETRO não será obrigado a ressarcir importância de n. selagem e de repar
8.3	Em caso de suspensão ou cancelamento, a permissionária obriga-se a devolver imediatamente todas as marcas de selagem e marcas de reparo fornecidas pelo Inmetro, assim como o Atestado de Autorização.	8.3 Em caso de suspensão ou cancelamento, a permissionária obriga-s de reparo fornecidas pelo INMETRO, ass
10. DISPOSIÇÕES FINAIS		
10.1	Qualquer instrumento de medição, após reparo ou manutenção, deve ser submetido à verificação após reparo, salvo nos casos previstos pela legislação metrológica, cabendo a permissionária comunicar ao órgão da RBMLQ-I a execução do serviço realizado, conforme previsto no presente regulamento.	10.1 Qualquer instrumento de medição, após reparo ou manutençã previstos pela legislação metrológica, cabendo a permissionária corr realizado, conforme previsto i
10.3	O cometimento de infração considerada de natureza grave pelo órgão da RBMLQ-I sujeita o infrator à punição prevista no item 4.3 do presente RTM, independente das penalidades a que está sujeita a proponente/permissionária por força do disposto no artigo 8º da Lei nº 9933/1999 e alterações introduzidas pela Lei nº 12.545, de 14 de dezembro de 2011.	10.1.1 Os instrumentos componentes dos sistemas de medição não Tendo em vista a limitação imposta pelos locais de instalação. No caso requeridas pela ANP, possibilitando melhor conh
		10.3 O cometimento de infração considerada de natureza grave pelo II no item 4.3 do presente RTM, independente das penalidades a que e artigo 8º da Lei nº 9933/1999 e alterações introduzida

CONCLUSÃO

8. Entendemos que hoje o controle de lacres da forma que está sendo feito prejudica as operações de extração de petróleo e gás, trazendo prejuízos as operadoras e na obtenção dos royalties. Face ao exposto e tendo em vista os elementos constantes no processo em tela, primando pela transparência nos processos e agilidade nos controles metrológico nas áreas operacionais referentes a exploração de Petróleo e Gás, sugere-se a edição de portaria de revisão, de acordo com a minuta de portaria anexa (1616079), com vigência a partir da data de sua publicação.



DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE COM FUNDAMENTO NO
ART. 6º, § 1º, DO [DECRETO Nº 8.539, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015](#) EM
01/11/2023, ÀS 12:01, CONFORME HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA, POR

MARCELO LUIS FIGUEIREDO MORAIS

Chefe da Divisão de Articulação e Regulamentação Técnica Metrológica

A autenticidade deste documento pode ser conferida no
site
[https://sei.inmetro.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.inmetro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.inmetro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0),
informando o código verificador **1651992** e o código CRC
BA4E7FFF.

